

# O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



# O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
B823	<p>O Brasil dimensionado pela história [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-823-6 DOI 10.22533/at.ed.236190312</p> <p>1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 981.65</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes brasis, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA	
Wagner Cavalheiro	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903121	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
PATRIMÔNIO: ESPAÇO DIDATIZADO – CASO DO INSTITUTO BRUNO SEGALLA, CAXIAS DO SUL	
Paloma Lava	
DOI 10.22533/at.ed.2361903122	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
O PATRIMÔNIO TERRITORIAL PÚBLICO E OS REGISTROS DOCUMENTAIS	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903123	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
SERRA NEGRA DO NORTE/RN – BERÇO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL-NATURAL ADORMECIDO	
Rita de Cássia Dantas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903124	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
IDENTIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MONTES GUARARAPES	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2361903125	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
ARQUIVOS, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DESSAS APROXIMAÇÕES	
Railane Antunes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903126	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
NO LINEAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS (1906–24), O PAPEL DO INSPETOR E DIRETOR	
Sandra Maria de Oliveira	
Betânia Oliveira Larteza Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2361903127	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
A QUESTÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DE INTERVENÇÕES DO COTIDIANO	
O MONUMENTO ÀS BANDEIRAS E O PÁTIO DA CRUZ	
Editon Mioshi Arakawa Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.2361903128	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>97</b>
ENSINO DE HISTÓRIA E A PRESENÇA NEGRA NOS TRÓPICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM O CONTO A BOTIJA DE OURO	
Atenor Junior Pinto dos Santos Marcos Ferreira Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2361903129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter Janete Leiko Tanno Flávio Massami Martins Ruckstadter	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: A ENTREVISTA COMPREENSIVA E AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DOS DISCURSOS DE MULHERES EDUCADORAS	
Roselia Cristina de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>133</b>
ASPECTOS DA HISTÓRIA DAS CRECHES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP, BRASIL: 1940-1997	
Josiane de Moura Dias Marquizeli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>141</b>
A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA DOS TRABALHOS REALIZADOS EM IJUÍ/RS	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>148</b>
BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: RELAÇÕES E RUPTURAS	
Mariana Schlickmann	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
ARQUITETURAS DE USO MISTO EM MACAÚBAS, ALTO SERTÃO BAIANO: SISTEMAS CONSTRUTIVOS, PRÁTICAS DE MORAR E TRABALHAR	
José Antônio de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
HISTÓRIA DA SECA, DA FÉ E DO NORDESTE CANTADA PELO REI DO BAIÃO	
Romero de Albuquerque Maranhão Norberto Stori	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031216</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>183</b>
A PAISAGEM AMBIENTAL DE CUBATÃO NAS OBRAS DE NORBERTO STORI	
<a href="#">Romero de Albuquerque Maranhão</a>	
<a href="#">Norberto Stori</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>192</b>
“A PROPRIEDADE PRIVADA É SAGRADA E PONTO FINAL”: A FALA DO PRESIDENTE BOLSONARO AOS RURALISTAS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO	
<a href="#">Francivaldo Alves Nunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL <i>O GLOBO</i> SOBRE O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEONEL BRIZOLA (1979-1980)	
<a href="#">Marcelo Marcon</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>211</b>
A QUESTÃO CHRISTIE (1861-1863) E O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA: ECOS NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA <i>O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE</i> (1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA	
<a href="#">Denise Rocha</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>227</b>
O HOMEM QUE CRIOU SHERLOCK HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE ENTRE AS CIÊNCIAS E A LITERATURA	
<a href="#">Jarbas de Mesquita Neto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>237</b>
ESTÉTICA NEGRA E DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGEM NO CINEMA NEGRO DE SPIKE LEE E ZÓZIMO BULBUL	
<a href="#">Jéfferson Luiz da Silva Monteiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>248</b>
CONSONÂNCIAS METODOLÓGICAS NAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DO CHORO	
<a href="#">Denis Wan-Dick Corbi</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>260</b>
DOS POBRES CAVALEIROS DE CRISTO À IGREJA DE SATÃ - AS RESSIGNIFICAÇÕES DO BAPHOMET	
<a href="#">Lívian Mota Magalhães</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031224</b>	



<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>271</b>
KUÑANGUE ATY GUASU ENTRE RITUAIS: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI NO MS	
<a href="#">Marlene Ricardi de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>279</b>
O SILENCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL	
<a href="#">Nila Michele Bastos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>293</b>
UM OLHAR SOBRE O URBANO NO BRASIL COLONIAL: IRMANDADES DE NEGROS E ESPACIALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA	
<a href="#">Valter Luiz de Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>305</b>
O VITALISMO E AS ORIGENS DA FISIOLOGIA MODERNA	
<a href="#">Jarbas de Mesquita Neto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031228</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>317</b>
RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO: POBREZA E ASSISTÊNCIA EM DIAMANTINA, 1901-1910	
<a href="#">Paula Afonso de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>330</b>
REDES CEREBRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA	
<a href="#">Valeria Portugal</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031230</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>336</b>
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA DITADURA CIVIL -MILITAR: CASO VOLKSWAGEN DE SÃO BERNARDO DO CAMPO NO INQUÉRITO CIVIL-PÚBLICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
<a href="#">Nicole Naomi Handa Nomura</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031231</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>341</b>
SEMEANDO AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MENTAL, CONTRA A MONOCULTURA DA MENTE	
<a href="#">Mônica Chiffolleau</a>	
<a href="#">Juliana Dias</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031232</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>348</b>
SÓSMACOS: O MODERNISMO VISTO PELO LADO DE CÁ	
<a href="#">Nelson de Jesus Teixeira Júnior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031233</b>	

<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>356</b>
TEM PEOA NO PANTANAL? SIM! NO UNIVERSO LABORAL MASCULINO HÁ ESPAÇO PARA A MULHER	
<a href="#">Juliana Cristina Ribeiro da Silva</a> <a href="#">Sabrina Sales Araújo</a> <a href="#">Patrícia Helena Mirandola Garcia</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031234</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>368</b>
O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II	
<a href="#">Vera Maria Ferreira Rodrigues</a> <a href="#">Regina Maria Macedo Costa Dantas</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031235</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>374</b>
O INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MATEMÁTICA COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL	
<a href="#">Valessa Leal Lessa de Sá Pinto</a> <a href="#">Angelo Santos Siqueira</a> <a href="#">Abel Rodolfo Garcia Lozano</a> <a href="#">Sérgio Ricardo Pereira de Mattos</a> <a href="#">Jhoab Pessoa de Negreiros</a> <a href="#">Tereza Luzia de Mello Canalli</a> <a href="#">Geovane André Teles de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031236</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>385</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>386</b>

## O PATRIMÔNIO TERRITORIAL PÚBLICO E OS REGISTROS DOCUMENTAIS

**Eleide Abril Gordon Findlay**

Mestre em Educação, professora e pesquisadora  
pela UNIVILLE  
Joinville – Santa Catarina.

**RESUMO:** O objetivo do texto é discutir a construção histórica da ocupação territorial de uma localidade. Para tanto, o estudo aborda as formas de ocupação territorial que deram origem a cidade de São Francisco do Sul. Primeiramente, analisa o conceito de propriedade e posse predominante no período colonial e imperial, e os ordenamentos jurídicos que modelaram a estrutura fundiária nacional e local. Do início do povoamento da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (1656), e posteriormente Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (1662), até o final do século XIX, a forma de acesso à terra aos homens livres era o recebimento de sesmarias, a posse de boa fé, a distribuição de terras públicas e o aforamento do patrimônio municipal. Os dados foram coletados no Arquivo Nacional, Arquivo Público dos Estados de São e Santa Catarina, no sítio do Center for Research Libraries (CRL), nas Atas da Câmara Municipal, na Prefeitura Municipal, e em fontes cartoriais. A existência dos acervos dos arquivos públicos se constitui em patrimônio de importância primordial para os estudiosos que

buscam compreender a história rural e urbana que deram origem as cidades brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio territorial, registros documentais, São Francisco do Sul.

### INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo discutir a formação do patrimônio territorial de São Francisco do Sul, localizada no norte do litoral catarinense. Primeiramente, pretende-se desenvolver uma análise multidisciplinar da temática. Nesse sentido, pensar a ocupação territorial a partir da parceria entre história, geografia e direito. Essa necessidade de se dialogar com outras ciências sociais tem sido levantada por estudiosos da propriedade da terra visando a uma reflexão das condições de concretização da realidade histórica que desenhou a ocupação da terra a partir da colonização brasileira.

O acesso às fontes documentais sob a guarda dos arquivos públicos é fundamental para o estudo da formação do patrimônio territorial, na medida em que a discussão da ocupação do espaço no período colonial para além da análise da historiografia, os registros documentais propiciam a percepção mais próxima da realidade social e histórica da construção do patrimônio territorial de uma

sociedade.

## A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL EM SÃO FRANCISCO DO SUL

A discussão da constituição do patrimônio territorial não pode descuidar da história da ocupação da localidade. Tendo presente essa perspectiva a geografia tem desenvolvido reflexões que não descuidam da relação entre o sujeito e seu meio.

Nesse texto o diálogo com a geografia destacará as concepções de território, territorialidade e a produção da identidade territorial. Não perdendo de vista as palavras de Maria Tereza Duarte Paes,

E é na paisagem que essas heranças e memórias, tornadas patrimônio, ganham materialidade. A paisagem é sempre uma herança material e simbólica, patrimônio coletivo, continente de signos e significados historicamente localizados. A paisagem, resultado da produção social e da determinação natural, é uma forma pela qual a sociedade vê mundo. (PAES, web, p. 04)

O espaço por se constituir em um produto histórico não pode ser pensado isoladamente das ações dos diferentes atores sociais que contribuíram em sua construção. Nesse sentido, o meio ambiente construído deve ser observado, estudado como produção social. Para Milton Santos,

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. (SANTOS, 1996, p. 92)

As rugosidades podem indicar as formas como o espaço foi construído, e nesse sentido é importante a indicação do conceito de território com que se está trabalhando. Um grande pesquisador da temática, Rogério Haesbaert fornece a perspectiva para pensarmos o patrimônio territorial. Haesbaert em seu trabalho intitulado Território e Multiterritorialidade: Um Debate inicia por nos alertar que,

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2007, pg 20)

E prossegue o autor,

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2007, p. 20)

O geógrafo suíço Claude Raffestin em texto sobre a produção das estruturas territoriais e sua representação, ao discorrer sobre espaço e território, ressalta que espaço e território não são equivalentes ou sinônimos. Para Raffestin, “É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível”. E prossegue, “Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”. (RAFFESTIN, 2009, pg 26).

Conforme Raffestin é primordial se diferenciar espaço e território, nesse sentido recorre à expressão de Gunnar Olson, de que o espaço é a “prisão” original, e ao contrário,

o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais. É, pois, lógico afirmar que não é a geografia que faz a história, mas, ao contrário, é a história que faz a geografia revelando, através do tempo, as potencialidades de um rio, de uma planície ou de uma montanha. (RAFFESTIN, 2009, p.26)

Nessa mesma direção segue Antônio Marcos Myskiw (2005) ao discorrer sobre o verbete território no Dicionário da Terra, de que “O território, suas fronteiras e a população que o compõe são história”. Explicitando que “A história de um território é a história de movimentos, de migrações constantes, de conflitos entre países e/ou favela, de transformação de espaços e paisagens”. E ressalta que,

Assim como o espaço, o território é produzido (explorado ou utilizado) por uma formação social antagônica, com dinâmicas próprias e repletas de contradições e desigualdades. No interior das fronteiras do território, estão presentes as especificidades da cada região, inerentes à dinâmica geral da sociedade, às peculiaridades de cada lugar e tempo histórico. (MYSKIW, 2005, p. 475)

A ocupação territorial, na dimensão política e na cultural simbólica realizada por diferentes atores sociais imprimirá características específicas ao território e, tornando a territorialidade uma forma de controle social de um espaço com múltiplos objetivos, que na maioria das vezes são distintos. Para Sack a territorialidade conjuga a dimensão estritamente política com a econômica e cultural, já que está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK apud HAESBAERT, 2007, p. 22).

Nessa mesma linha de pensamento Saquet declara que o território e o espaço são ligados e indissociáveis. Para o autor “A formação do território dá-se no processo de apropriação, dominação e produção do espaço por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação e dos processos identitários” (SAQUET, GALVÃO, 2009, pg 101), E será a partir dessas relações e processos identitários que se poderá pensar a territorialidade, posto que, os indivíduos ou grupos sociais estão inseridos em um processo histórico que os define e delimita. Portanto, “A

territorialidade refere-se, justamente, às relações entre esse ator, ou grupo social e seu lugar de referência, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado espaço geográfico”. (SAQUET, GALVÃO, 2009, p. 103).

Edison Souza ao discutir o termo territorialização destaca que,

Para apreendermos a complexidade do processo de territorialização da sociedade precisamos procurar conhecer a sua dimensão social, espacial, disciplinar e simbólica, que convivem num mesmo todo. Portanto, precisamos refletir sobre a história da concepção de território, de como ela surgiu e da importância da sua relação sociedade-espço. A territorialização (dimensão política e cultural) deve ser compreendida como parte constituinte da produção do espaço. (SOUZA, 2005, p. 471)

O que se pode afirmar a partir dos autores analisados é que ao se pretender estudar a formação territorial de uma localidade não se pode descuidar do contexto histórico e geográfico do território. Por este motivo, a forma como os diferentes atores sociais se utilizaram para ter acesso à terra precisa ser analisada pela dimensão histórica e geográfica, buscando entender a paisagem que constitui o patrimônio territorial.

A temática relativa ao patrimônio territorial pode e, deve ser estudada tendo como referência a parceria da história, geografia e, também do direito, na medida em que os ordenamentos jurídicos se constituem em componente relevante para a se compreender a historicidade do território.

O diálogo entre a história e o direito na discussão sobre patrimônio territorial, e conseqüentemente da ocupação territorial, tem que considerar que “a realidade social impõe ao ordenamento jurídico nuances e especificidades que não podem ser desprezadas pelo pesquisador” (FINDLAY, 2017, p. 01). E sempre tendo presente as palavras de Rosa Congost de que ao longo da história pode-se observar que em muitos casos a realidade social se sobrepõe ao ordenamento jurídico e, que a justiça tem servido para justificar a ordem existente, e que se trata sempre de uma ordem cuja existência não interessa a todos de modo igual. (CONGOST, 2007, p. 19).

Em texto recente discuti a relação entre história e direito, mais especificamente, a influência do direito luso-brasileiro na constituição do quadro foreiro de São Francisco do Sul. E ao dialogar com diferentes autores em relação ao conceito de propriedade, a concepção de Congost se impôs no sentido de considerar a propriedade- realidade histórica, e a introdução de uma ideia de propriedade como obra, como obra em continua construção. Da mesma forma, que o território nas definições de geógrafos se constitui em uma construção no processo de dominação, apropriação e produção do espaço, a propriedade ou, nas palavras de Congost os direitos de propriedade, são produto e fator das relações sociais, e a realidade social pode se impor frente aos ditames do Estado, e criar as condições de um enfretamento ou mesmo de contestação às determinações governamentais. E principalmente que a realidade social pode produzir novas situações e expectativas. (Congost, 2007, p. 21).

Se os geógrafos nos alertaram para o fato de que a concepção de território

envolve poder político e poder de apropriação, os historiadores e juristas como António Manuel Hespanha sinalizam para a relação entre homem e coisas, e tal relação também se apresenta como sendo sobre poder e domínio. Para Hespanha,

Daí que o conceito de domínio, como faculdade de uso, fosse muito geral, abrangendo tanto vários direitos de gozo sobre coisas (propriedade, usufruto, hipoteca, servidões, etc.), como direitos sobre pessoas (nomeadamente a jurisdição) (HESPANHA, 2005 p.,78)

A relação entre o homem e as coisas para Paolo Grossi tem que ser entendida pelos historiadores do direito no sentido de que

“para ele ‘propriedade’ deve ser somente um artifício verbal para indicar a solução histórica que um ordenamento dá ao problema da relação jurídica mais intensa entre um sujeito e um bem”, e, esclarece que tal posicionamento se constitui na “resposta à questão central sobre a consistência mínima do ‘meu’ jurídico” (GROSSI, 2006, p..05)

Com o surgimento da concepção de propriedade moderna liberal, aquela individualista e potestativa consolida-se um conceito de “propriedade-plena, absoluta, e, portanto perfeita”, em oposição “a propriedade dividida, compartilhada, e, portanto imperfeita- das sociedades do Antigo Regime”. (CONGOST, 2007, p. 122),

Nas palavras de Grossi,

[...] A propriedade dos juristas é um *quid* qualitativamente diferente não porque os juristas o pensam diferente mas porque colhem do nó emaranhado e complicado da propriedade somente certos aspectos que não outros; a propriedade dos juristas é sobretudo poder *sobre* a coisa, enquanto a propriedade dos economistas é sobretudo riqueza, renda *da* coisa.(GROSSI, 2006, p. 25)

A concepção liberal de propriedade que irá sustentar os ordenamentos jurídicos, de acordo com Hespanha, teve o Code Civil de 1804 como parâmetro, posto que estabelecesse “A propriedade é o direito de gozar e dispor das coisas da maneira a mais absoluta, sem poder fazer o que a lei ou os regulamentos proíbem”. Segundo Hespanha, o *Code Civil* “... constitui um emblema do conceito moderno (individualista, burguês, capitalista) da propriedade, sobretudo porque nele se costuma destacar o carácter absoluto e pleno dos poderes do proprietário” (HESPANHA, 2005, p. 87).

O ordenamento jurídico português desenhou o património territorial desde o período colonial através dos forais, leis, das provisões régias, leis e, principalmente, das Ordenações. No caso específico da ocupação territorial a Lei de Sesmarias, de 1375, extensamente utilizada no período colonial, que condicionava a doação de terras ao cultivo da mesma. Determinava, ainda, que o sesmeiro procedesse à medição e demarcação da área recebida, para usufruto pleno do direito de posse. Como a Coroa distribuía as datas de terras sob o regime de concessão, caso a terra não fosse devidamente aproveitada, a Coroa tinha o direito de retomá-la. Falava-se, nesse caso, em terra devoluta. (FINDLAY, 2014, p.1815)

No processo de povoamento da região de São Francisco do Sul as formas de

acesso à terra disponibilizadas aos homens livres foram a concessão de sesmaria, a posse, a doação de terras devolutas, e aos estrangeiros a formação de núcleo colonial particular. Todas essas possibilidades estiveram relacionadas às necessidades da Coroa Portuguesa em estabelecer na região agrupamento populacional como estratégia de ocupação e defesa de seus domínios.

A criação da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, através da Carta Régia de 1656, e posteriormente, pelo Alvará Régio de 1662, elevada à categoria de Vila recebendo a denominação de Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Pela lei provincial nº 239, de 15 de abril de 1847 é elevado à condição de Cidade.

Em seu processo de povoamento São Francisco do Sul esteve submetido aos mesmos institutos legais que configuraram a história da política de terras nacionais. Nesse sentido os atores sociais tiveram a possibilidade de obtenção de carta de sesmaria, contaram com a pouca fiscalização governamental em relação à ocupação de terras coloniais e imperiais, bem como, a disponibilidade das autoridades municipais em firmar contratos de enfiteuse, ou aforamento, com aqueles que solicitassem acesso às terras pertencentes ao patrimônio público.

## **OS REGISTROS PÚBLICOS E O PATRIMÔNIO TERRITORIAL**

O estudo da formação do patrimônio territorial do núcleo de Nossa Senhora da Graça de São Francisco, posteriormente, São Francisco do Sul em relação às fontes documentais buscou-se os arquivos públicos com o objetivo de verificar a documentação constante relativa à região de Santa Catarina e mais especificamente, as que pudessem lançar luzes sobre as diversas formas de acesso à terra que possibilitaram a construção do território de São Francisco do Sul.

Em primeiro lugar se procedeu a um levantamento nos Arquivos Públicos visando à localização de cartas de sesmarias concedidas na região de estudo, em virtude de serem estes os responsáveis pela guarda e conservação da documentação oficial dos governos das capitanias. Nesse sentido, destaca-se o Arquivo Nacional que é um órgão do Ministério da Justiça que guarda, preserva, dá acesso e divulga documentos públicos e privados. A instituição foi criada em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos-SIGA, da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça. Conforme o sitio do Arquivo Nacional tem-se que sua finalidade se constitui em

Implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural( ARQUIVO NACIONAL, web, 2018).



No Arquivo Nacional, além das cartas de sesmarias, encontram-se autos de medição e demarcação das terras que permitem ao pesquisador obter informações relativas às sesmarias.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo se encontra disponibilizado ao público um acervo composto de documentos produzidos pelo poder executivo paulista. Sua criação data de 1891 e seu acervo, além da documentação do poder executivo, contem sob sua guarda documentação do Poder Judiciário. Como o núcleo de Nossa Senhora da Graça de São Francisco quando de sua elevação à freguesia pertencia a Capitania de São Paulo, os registros do período colonial do acervo possibilitam interessante e valiosa pesquisa em seus manuscritos para a identificação de cartas de sesmarias concedidas a aqueles que desejavam se estabelecer na região.

Já o acervo do Arquivo Histórico de Joinville, criado em 1972, disponibiliza ao pesquisador a documentação produzida por instituições governamentais municipais e documentos privados de interesse público e social. Dentre a documentação sob sua guarda encontra-se uma cópia microfilmada das cartas de sesmarias concedidas em Santa Catarina desde o século XVIII até o século XIX.

Além dessas instituições que tem a finalidade de guarda e conservação dessa documentação existem outras possibilidades, como nos alerta Francisco Eduardo Pinto,

Para aquelas cartas que tiveram confirmação régia, há o seu traslado nos processos de confirmação das doações despachados pelo Conselho Ultramarino, cuja documentação avulsa relativa ao Brasil já se encontra digitalizada pelo “Projeto Resgate Barão do Rio Branco” do Ministério da Cultura do Brasil e Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal.(PINTO, 2011, p.31)

As pesquisas que tenho desenvolvido há mais de uma década sobre a temática da história rural, ou fundiária, possibilitaram a constituição de um banco de dados relativo às sesmarias concedidas na região, e totalizam 74 cartas de concessão obtidas junto aos arquivos públicos, e que puderam ser identificadas como pertencendo à região da baía da Babitonga, onde se localiza o núcleo original de São Francisco do Sul.

Nas cartas de concessão de sesmarias consta o nome do requerente, a localidade, dados do terreno pretendido e dimensão da terra concedida e data da concessão. Por este motivo se constituem em valiosa fonte de pesquisa para a compreensão da história fundiária e agrária do Brasil.

Outra fonte de pesquisa foram as Atas da Câmara Municipal, na medida em que em estudos anteriores destacavam os pedidos de terras do patrimônio da instituição. Por se constituir em uma fonte rica sobre os mais diversos temas contribui para a construção da história social do período do povoamento da localidade, na medida em que, como observa Cristiano Luís Christillino, “são fontes manuscritas e impressas que registram as principais discussões e decisões tomadas nas reuniões dos vereadores ao longo do período colonial, Imperial e republicano” (CHRISTILLINO,

2011, p.167).

Em decorrência da importância das Câmaras Municipais, principalmente no período colonial, é adequado lembrar que foram organizadas sob a égide das Ordenações Manuelinas e Filipinas e, como determinava o ordenamento régio, essas instituições desempenhavam funções judiciais, administrativas e legislativas semelhantes a dos portugueses. Eram responsáveis pela infraestrutura das localidades, estabelecimento de posturas, fixação de taxas e nomeação de recebedores de tributos. No entanto, a Lei de 1º de outubro de 1828 deu nova forma as Câmaras Municipais, definiu suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. Essa lei retirou das Câmaras Municipais sua função judiciária. Mas as atribuições relativas ao patrimônio público e rendas da localidade estabelecidas pelas Ordenações foram mantidas.

As Atas das Câmaras, até como decorrência das funções exercidas pela instituição, revelam o papel desempenhado na conservação e distribuição do patrimônio municipal das terras públicas por aforamento. Na documentação é possível se identificar os pedidos de terrenos do patrimônio municipal, o nome do requerente, a localidade do terreno e o tamanho solicitado.

Na colônia brasileira a prática do aforamento foi uma das formas de acesso à terra utilizada pelos aqueles homens livres e pobres e, muito estimulada pelos grandes proprietários de terras. No entanto, com a progressiva constituição de vilas, cidades e municípios, o aforamento de terras públicas foi sendo aplicado pelas Câmaras, já que esse expediente beneficiava tanto os habitantes e a municipalidade, a prática se difundiu no período colonial, se manteve no Império e perdura até os dias atuais. A modalidade utilizada em terras públicas nacionais foi a da perpetuidade.

A Prefeitura Municipal tem sob sua guarda e posse os registros fiscais que auxiliam na identificação dos pagamentos dos impostos e, no caso da pesquisa sobre os títulos de aforamento, o pagamento do foro por parte daquelas pessoas que receberam datas de terras do patrimônio da Câmara Municipal.

Como a legislação estabelece a necessidade de se proceder ao registro do pagamento do foro a Prefeitura Municipal os registra em livros próprios. Nos livros de foro foram colhidas informações a partir de 1907, apesar da prática de concessão de terras públicas por aforamento ter iniciado no século XIX, e lamentavelmente os livros relativos a esse período não constam do acervo da Prefeitura e, sendo desconhecida sua localização. Nos livros é possível ter acesso as seguintes informações: nome, dimensão das terras aforadas, localização das terras concedidas, data em que foi passado o título, procedência da posse, foros anuais, data do pagamento dos foros e observações. As anotações constantes no item observações indicam as transferências de titularidade por herança, já que os contratos de enfiteuse têm a característica da perpetuidade, ou do domínio útil por venda. O livro nº 1 de registro de foros tem assinalado como o primeiro registro o Foreiro: Herdeiro do finado Ignácio Jose de Sousa, terreno com 180 braças, no Rocio Pequeno, com pagamento de foro

desde 1890. Essa informação reforça a tese de que as terras cedidas em aforamento pela Câmara Municipal destinavam-se a produção em terras incultas.

Os cartórios de registro de imóveis possibilitam a pesquisa em documentos como escrituras públicas e contratos registrados nos livros de Notas. Conforme os autores Antônio Henrique Duarte e Elione Guimarães,

Escrituras Públicas são documentos elaborados em cartório por agentes que tenham função, pública. No século XIX, elas eram necessárias como prova de contratos, quando objeto dos mesmos excedesse à taxa de R\$800\$000 em bens de raiz e de R\$1:200\$000 em bens móveis, comportando algumas exceções. As escrituras públicas eram feitas pelos tabeliães de notas nas cidades e nas vilas e fora delas, deveriam ser elaboradas pelos juizes de paz dos respectivos distritos. (DUARTE e GUIMARÃES, 2011,p.49)

Os autores informam que em alguns casos essa documentação nos Arquivos Históricos Municipais, Casas de Cultura, Centros de Documentação e Museus. E ressaltam a importância das escrituras públicas, notadamente, para os estudos da História da Propriedade e da História Social da Agricultura. E destacam:

[...] aquelas cujo objetivo era formalizar a propriedade e a transmissão do patrimônio rural e regular as relações de trabalho no campo e ,o uso e fruto da terra: doações, compra e venda de bens de raiz e cessão de direitos hereditários, arrendamento, contrato de agregado, locação de serviços, sociedade agrícola e empréstimos (hipoteca).(DUARTE e GUIMARÃES, 2011 p., 50)

A exigência da lavratura de escrituração pública no registro de imóveis, tornou os documentos cartoriais constantes do arquivo do 1º Ofício de Registro de Imóveis Gilberto Alves de Carvalho, da 1ª Circunscrição da Comarca da São Francisco do Sul, em importante fonte para a identificação e quantificação dos que tiveram acesso à terra por intermédio do processo de aforamento de terras públicas.

No Registro de Imóveis no livro nº2 de Registro Geral encontra-se a matrícula nº 7.066, com data de 14 de fevereiro de 1978, e que identifica como imóvel um terreno do patrimônio municipal de forma de trapézio retângulo, abrangendo uma área de 18.068.325m<sup>2</sup> e um perímetro de 17.036,00 metros lineares, no qual são descritas as características do terreno a partir de levantamento feito em 19 de março de 1907 e seu memorial de medição transcrito textualmente no documento, e conforme a planta restaurada da medição de 1722.

De acordo com o documento da referida matrícula, a mesma foi realizada em cumprimento a uma determinação da Corregedoria Geral da Justiça, em virtude de um processo de consulta feita pelo Cartório com o objetivo de regularizar os registros dos documentos relativos ao quadro foreiro, já que, muitas vezes havia duplicidade de concessão de titulação de terrenos, ausência de registro dentre outras dificuldades enfrentadas pelo responsável do estabelecimento.

Na certidão de matrícula nº7. 066 existem o registro de 385 concessões de aforamento e em cada registro tem-se o nome do foreiro, a área da concessão e a localidade do terreno, assim como o número de matrícula original da concessão. Com as certidões de matrículas é possível agregar as seguintes informações:

naturalidade, estado civil, profissão, e a residência do foreiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das pesquisas desenvolvidas até o momento fica evidenciada a importância da existência dos arquivos públicos para iluminar os caminhos percorridos pelos estudiosos e, principalmente por aqueles que estão se iniciando nesse processo de busca por fontes primárias, com o objetivo de desvendar o passado do Brasil.

Com profundo pesar tem-se que registrar o descaso de algumas autoridades em relação ao patrimônio histórico na conservação e preservação de sua documentação, na medida em que os registros relativos ao século XIX encontram-se incompletos, ou pior, desapareceram de seus acervos.

## REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional.html>> Acesso em 20 jun. 2018.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Atas da Câmara. In MOTTA, Márcia, GUIMARAES, Elione. (orgs) **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**: Estudios sobre “La Gran Obra de la Propiedad”. Barcelona: Crítica, 2006.

DUARTE, Antonio Henrique, GUIMARÃES, Elione. Documentos dos fiscais das Câmaras Municipais. In MOTTA, Márcia, GUIMARAES, Elione. (orgs) **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **O aforamento de terras públicas em São Francisco do Sul**. Disponível em <<http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais#E.>> Acesso em 10 jul 2018.

\_\_\_\_\_. **A influência do direito luso-brasileiro na constituição do quadro foreiro de São Francisco do Sul**. Disponível em <<https://transruralhistorycompostela.wordpress.com/simultanea-122/>> Acesso em 10 jul 2018.

Grossi, Paolo. **História da Propriedade e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HAESBAERT, Rogerio. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007. Disponível em <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>> Acesso em 10 jul 2018

HESPANHA, António Manuel. **Direito luso-brasileiro no antigo régime**. Florianópolis: Boiteux, 2005

MYSKIW, Antonio Marcos. Território. In MOTTA, Marcia (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais – Um Olhar Geográfico**. Disponível em <<https://docplayer.com.br/10067373-Patrimonio-cultural-turismo-e-identidades-territoriais-um-olhar-geografico-maria-tereza-duarte-paes-universidade-estadual-de-campinas-sp-brasil.html>> Acesso em 10 jul 2018.

PINTO, Francisco Eduardo. Cartas de Sesmarias. In MOTTA, Márcia, GUIMARAES, Elione. (orgs) **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

RAFFESDTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 1996.

SAQUET, Marcos Aurelio, GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. A valorização territorial e multidimensional do Patrimônio de Francisco Beltrão (PR). **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.4, n.8, p.98-120, ago. 2009. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11912>> Acesso em 10 jul 2018.

SOUZA, Edson. Territorialização. In MOTTA, Marcia (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**DENISE PEREIRA** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

**MARISTELA CARNEIRO**- Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 3, 6, 26, 42, 50, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 73, 74, 76, 80, 82, 102, 129, 130, 131, 137, 138, 139, 160, 161, 301, 321, 322, 369

África do Sul 148, 149, 150, 151, 154, 155

Arquitetura 32, 143, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172

Arquivo 1, 21, 26, 27, 29, 30, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 81, 87, 111, 113, 115, 116, 117, 144, 243, 258, 371

Arquivos escolares 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116

Arquivos municipais 1

### B

Bens patrimoniais 50, 55, 107, 108

Berçário “Mãe Cristina” 133, 134, 135, 137, 138

Burocracia 8, 65, 70, 80

### C

Cidadania 11, 12, 15, 16, 19, 56, 152, 153

Cidade 1, 5, 8, 12, 13, 14, 16, 21, 26, 35, 40, 41, 42, 56, 68, 77, 78, 80, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 102, 106, 109, 111, 114, 120, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 147, 157, 158, 160, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 179, 184, 185, 186, 187, 205, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 229, 260, 268, 282, 288, 293, 296, 300, 301, 302, 303, 317, 319, 321, 323, 354, 359, 361

Construir 23, 85, 87, 101, 110, 123, 147, 157, 158, 172, 206, 209, 337, 341, 342, 345, 357

Creche 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Cultura 10, 12, 13, 16, 20, 27, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 43, 50, 55, 60, 61, 63, 68, 81, 82, 89, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 108, 112, 113, 115, 117, 120, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 147, 151, 153, 154, 157, 161, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 183, 190, 241, 242, 247, 249, 253, 259, 272, 273, 275, 276, 279, 281, 282, 291, 292, 343, 345, 347, 350, 355, 359, 360, 365, 366, 367, 372, 373, 376, 382, 384, 385

Culturas políticas 148, 149, 151, 154, 155

### E

Educação patrimonial 11, 12, 13, 16, 19, 20, 53, 54, 55, 56, 63, 107, 108, 109, 112, 113, 117

Ensino 12, 13, 18, 19, 20, 39, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 111, 112, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 147, 261, 270, 356, 368, 370, 371, 372, 374, 375, 379, 380, 381, 385

Ensino de história 12, 18, 19, 20, 53, 54, 97, 102, 105, 261, 270

Ensino primário 65, 66, 69, 80, 82

Estudos africanos 148, 155

Exército brasileiro 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 125, 144, 147

## F

Fiscalização 26, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 80

Fontes históricas 6, 11, 17, 18, 20, 67, 113, 115, 318

## G

Grupo escolar 65, 66, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 167

## H

História 2, 3, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 164, 165, 171, 172, 173, 174, 175, 182, 183, 190, 191, 192, 200, 201, 204, 210, 211, 213, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239, 240, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 270, 271, 272, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 290, 291, 292, 294, 296, 301, 303, 304, 318, 324, 328, 329, 355, 356, 358, 360, 361, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 379, 381, 382, 383, 384, 385

História da educação 66, 67, 82, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 117, 133, 134, 139

História do tempo presente 148

História militar 141, 142, 143, 144, 147

Historiografia 6, 21, 100, 110, 114, 117, 127, 141, 142, 143, 146, 147, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 280, 281, 282, 290, 292, 294, 336, 339, 376, 383

## I

Identidade 2, 3, 10, 12, 13, 19, 22, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 57, 63, 70, 95, 96, 100, 101, 103, 106, 108, 113, 114, 143, 149, 153, 157, 161, 172, 202, 216, 222, 241, 243, 244, 245, 246, 253, 258, 275, 281, 289, 291, 333, 334, 343, 346, 350, 355, 364, 366, 384

Instituições profissionais 133

Interdisciplinaridade 2, 174, 183

Intervenção 84, 95, 106, 162, 203, 223, 354

## L

Lei 10639/03 97, 98

Luiz Gonzaga 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

## M

Memória 11, 12, 13, 19, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 82, 84, 85, 87, 93, 95, 96, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 123, 125, 127, 129, 133, 142, 144, 151, 157, 172, 173, 174, 208, 219, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 292, 303, 319, 320, 323, 324, 333, 334, 340, 350, 364, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 378



Montes Guararapes 45, 46, 47, 48, 49, 51  
Monumento às bandeiras 84, 85, 86, 87, 91, 92, 95, 96  
Morar 77, 157, 158, 165, 166, 172, 177  
Município 1, 3, 4, 5, 6, 9, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 57, 72, 73, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 160, 162, 186, 273, 274, 275, 361  
Música 98, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 216, 219, 225, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 257, 258, 259

## P

Pátio da cruz 84, 85, 90, 93, 94, 95  
Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 84, 91, 95, 96, 107, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 134, 149, 157, 161, 171, 172, 173, 177, 294, 298, 299, 300, 369, 371  
Patrimônio cultural 1, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 30, 41, 49, 52, 54, 63, 96, 109, 113, 149, 157, 172  
Patrimônio territorial 1, 3, 4, 5, 7, 9, 21, 22, 24, 25, 26  
Potencialidades 23, 32, 40, 41, 44  
Presença negra 97, 98, 99, 240

## R

Registros documentais 21  
Relações internacionais 148, 149, 150, 155

## S

São Francisco do Sul 1, 9, 10, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30  
Serra Negra do Norte 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44  
Sociedade 1, 4, 12, 19, 22, 23, 24, 29, 32, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 102, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 142, 143, 145, 152, 153, 157, 159, 160, 161, 171, 172, 173, 190, 194, 195, 197, 198, 226, 230, 238, 240, 244, 254, 256, 275, 276, 279, 281, 286, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 318, 320, 321, 322, 323, 333, 346, 347, 355, 361, 365, 368, 372, 373, 374, 378, 381, 382

## T

Trabalhar 42, 63, 79, 100, 101, 123, 127, 137, 157, 158, 160, 165, 166, 172, 177, 279, 307, 308, 361, 362, 369  
Turismo sustentável 32, 41

## V

Vigésio Sétimo 27º Grupo de Artilharia de Campanha 141, 142, 144  
Vila 1, 5, 8, 21, 26, 41, 160, 168, 283

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-823-6



9 788572 478236